

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15267 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

QUILOMBO E UNIVERSIDADE: UMA MIRADA NO PSEQ DA UFOPA

Audrilene Santos de Jesus - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Marcineuza Santos de Jesus - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo á Pesquisa do Estado do Amazonas.

QUILOMBO E UNIVERSIDADE: UMA MIRADA NO PSEQ DA UFOPA

Resumo:

A análise aqui apresentada é fruto de uma pesquisa de Mestrado intitulada “ Quilombo e universidade: Análise da política de Ação Afirmativa para quilombolas da Ufopa (2015-2021)”, realizada nos anos de 2021 a 2023, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas e teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Seu objetivo consistiu em situar as lutas sociais travadas no processo de construção e implementação da Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) na Universidade Federal do Oeste do Pará. A problemática que norteou essa pesquisa pode ser sintetizada da seguinte forma: quais foram as lutas sociais travadas a níveis nacional e institucional no processo de construção e implementação do PSEQ na Universidade Federal do Oeste do Pará? Essa investigação ancorou-se na Sociologia da Ação Pública, possui abordagem qualitativa e os dados analisados foram extraídos das pesquisas bibliográfica documental . Os principais resultados mostram que o PSEQ foi construído a partir de lutas sociais, e hoje é a principal porta de entrada no ensino superior para os estudantes quilombolas dessa região. Apesar disso, ele ainda não alcança todos os quilombos situados ao redor da Ufopa.

Palavras Chaves: Quilombolas, Ação Afirmativa, Ufopa, Universidade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “Quilombo e Universidade: Análise da política de ação afirmativa para quilombolas da Ufopa (2015- 2021)” é muito significativa para o programa de pós-graduação em educação da Ufam, por ser a primeira a propor uma reflexão sobre essa temática emergente. Além disso, a pesquisadora que a propõe é quilombola, oriunda de um quilombo situado no Pará , estado onde a Ufopa está situada.

Dito isso, nessa discussão apresentaremos essa pesquisa de mestrado concluída a partir de duas reflexões. Primeiramente, faremos uma síntese da relação entre os quilombolas e o ensino superior nesse século. Serão apresentadas três fases, desde a iniciativa local do estado da Bahia até o alcance nacional conquistado na revisão dos 10 anos da Lei de Cotas. Depois faremos uma breve reflexão sobre a importância do PSEQ para os estudantes quilombolas dessa região que almejam cursar o ensino superior.

METODOLOGIA

A pesquisa sintetizada neste trabalho centrou-se na Sociologia da Ação Pública de Pierre Lascaumes e Patrick Le Galès (2012), o que nos permitiu pensar o Pseq enquanto uma ação institucional inscrita no campo político e educacional. Ela possui abordagem qualitativa, que sob aceção de Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), se concentra na explicação e compreensão da dinâmica das relações sociais. Devido ao fato de uma boa parte dessa pesquisa ter sido realizada em um período pandêmico, metodologicamente recorreremos às pesquisas bibliográfica e documental. Ambas utilizam documentos como objeto de informação o que as

diferencia é a fonte de informação. (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015). Como espaço de coleta de dados, sobretudo na pesquisa documental, recorreremos ao site da Ufopa e ao Portal Fala Br, pelo qual foram obtidos Relatórios, Resoluções e Regulamentos do PSEQ e da instituição. Para análise desses documentos, esta pesquisa se apoiou na técnica da Análise de Conteúdo da Laurence Bardin.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os quilombolas têm como marca registrada a história de luta de parte da população negra para se manter viva em todas suas formas de existir. Desde o surgimento dos quilombos históricos, durante o regime escravocata até a ressemantização dos quilombos contemporâneos, os negros residentes dessas comunidades vêm desenvolvendo inúmeras estratégias de lutas e resistência contra as múltiplas formas de opressão criadas muitas vezes com o apoio do Estado, para se manterem vivos e terem acesso a direitos sociais básicos.

Apesar desse passado sombrio ainda insistir em se fazer presente na vida dos quilombolas, o cenário atual os agracia com grandes conquistas, frutos de suas lutas. A maior delas, sem sombra de dúvidas, veio na constituição de 1988, especificamente no Artigo 68, não só porque o território é seu grande símbolo, mas porque essa conquista trouxe e fortaleceu os quilombolas no cenário político brasileiro e abriu novas portas de lutas, após um século de invisibilidade, iniciado na abolição da escravatura.

A partir desse marco histórico os quilombolas começaram a se organizar em movimentos políticos com dimensões estaduais e nacionais para lutarem pela efetivação do direito territorial e por outros direitos que lhes foram negligenciados, como é o caso do ensino superior, que é o tema central dessa pesquisa. Ao analisar a relação entre quilombo e universidade, observou-se que, apesar de recente, já teve pelo menos 3 fases. A primeira se deu a nível estadual, especificamente no estado da Bahia na primeira década deste século. Em diálogo com movimentos sociais, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) implementou em 2005 ações afirmativas para quilombolas e se tornou a primeira instituição de ensino superior federal a institucionalizar uma política voltada para o acesso de estudantes quilombolas ao ensino superior. Dois anos depois, em 2007, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada em Ilhéus, também na Bahia, assumiu o pioneirismo das instituições a nível estadual, e também institucionalizou políticas de acessos ao ensino superior para quilombolas (GEMAA, 2021). Essas foram as únicas políticas voltadas para essa questão antes da aprovação da Lei de Cotas.

A segunda fase ocorreu em 2012, a partir da aprovação da Lei 12.711/12. O texto descrito no Art. 5º, parágrafo 3º da referida lei, conferiu autonomia a todas as Instituições de Ensino Superior Federais, para criarem mecanismos de ingresso diferenciados, para grupos que apresentam os mesmos requisitos estabelecidos por essa lei, mas que ela não contemplava. De acordo com o Levantamento das Políticas de Ação Afirmativa (GEMAA), até 2019, um total de 21 universidades federais e estaduais de várias regiões implementaram cotas para quilombolas (GEMAA, 2021). Portanto a Lei de Cotas impulsionou a criação de políticas de acesso ao ensino superior para quilombolas.

E, por fim, a terceira fase está em andamento, começou em 2022 após a revisão da Lei Cotas, que passou a contemplar os quilombolas, e a partir disso todas as instituições federais terão que reservar vagas para esses estudantes. Essa é a primeira vez que uma lei federal assegura o acesso e a permanência dessa população no ensino superior. Diante disso, fica evidente que a presença dos quilombolas nas universidades está diretamente ligada com a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para o acesso de grupos subalternizados no Brasil.

Tratando-se em específico do Pseq, que é o objeto de investigação dessa pesquisa, evidenciamos que ele foi criado na segunda fase, por isso o processo de construção da Lei de Cotas foi tratado nessa investigação como a luta a nível nacional pelo PSEQ. A nível institucional, essa política surgiu após um processo árduo de negociação entre a Ufopa e a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (Foqs). Sobre esse processo o presidente da Foqs, Mário Augusto Pantoja de Sousa, fez a seguinte na fala,

O PSEQ foi uma política conquistada e não foi tão simples, foi bem dificultoso, foram muitas reuniões, embates políticos, mas nós não desistimos, porque entendemos que era preciso lutar por ela. Não é tão simples consegui-la e fazer com que ela se concretize de fato (BRASIL DE DIREITOS, 2023).

Desde a sua institucionalização em 2015 essa política tem demonstrado grande relevância social, uma vez que a Ufopa se tornou a principal porta de entrada no ensino superior para os estudantes quilombolas que residem região Oeste do Pará. Com base em dados obtidos pelo portal fala Br até o ano de 2021, cerca de 479 estudantes quilombolas recorreram a essa política para ingressar no ensino superior, tanto no Campus da UFOPA em Santarém e nos demais *campi* distribuídos em municípios vizinhos, de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Esses estudantes são oriundos de 30 das sessenta comunidades quilombolas que estão localizadas ao redor da Ufopa no Baixo Amazonas paraense.

Embora esse número pareça irrisório, a relevância do PSEQ é incontestável, uma vez que ele foi criado em uma universidade da região amazônica, que recebe as “piores taxas de investimento no setor educacional, com baixos índices de progresso social, analfabetismo, pobreza, aliados à falta de oportunidades para a população, o que impacta tanto no acesso quanto na qualidade educacional” (SOUZA; COLARES, 2022, p. 6). Para além de dados quantitativos, o PSEQ é uma conquista muito significativa para esse grupo, pois marca o começo do fim do ciclo de exclusão do ensino superior que os quilombolas do baixo Amazonas foram submetidos. Além disso, essa política fortalece as lutas dos quilombolas no Pará, o que acaba por fortalecer outras demandas desse grupo.

CONCLUSÃO

De um modo geral, essa política possibilitou pensar as políticas públicas no contexto amazônico. Na maioria das vezes as políticas que chegam para essa região são universais e

não levam em conta o contexto e as particularidades amazônicas, o que acaba por não atender à demanda regional, já que não tem contemplado sua diversidade. O Pseq foi pensado na contramão disso, uma vez que ele foi criado especificamente para mitigar a situação de exclusão do ensino superior a que os quilombolas residentes ao redor da Ufopa estão submetidos. Portanto, pensar o PSEQ nos possibilitou refletir a respeito da experiência das políticas de ações afirmativas no contexto amazônico. Nesse sentido, concluímos que essa política não é uma conquista só dessa população, é também uma conquista dos povos amazônicos, uma vez que ela representa as necessidades dos povos locais sendo levada em consideração na tomada de decisão nos processos de decisões políticas.

Entretanto essa política sozinha não tem dado conta da demanda de quilombolas dessa região, uma vez que, apenas metade das 60 comunidades situadas ao redor da Ufopa foram contempladas. Isso deixa claro que, para além da manutenção dessa política, é preciso também seu aprimoramento, no sentido de ampliá-la para que ela alcance a demanda populacional de quilombolas dessa região. Por fim, frisamos que uma pesquisa Doutoral está sendo desenvolvida no PPGE da Ufam, com objetivo de aprofundar as discussões sobre o PSEQ e trajetória dos estudantes quilombolas na Ufopa.

REFERÊNCIAS

FREITAS, J; PORTELA, P; JUNIOR, J.F; Sá.L; LIMA,L. **Políticas de Ação Afirmativa para quilombolas nas universidades públicas brasileiras (2019)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, pp. 1-44.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D.L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigación UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-72, 2015.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Tradução: George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012.

PANTOJA, A. Combate ao Racismo : A realidade dos alunos quilombolas na Ufopa, em Santarém (PA). **Brasil de Direitos**, [S. l.], p. 1-1, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://brasildedireitos.org.br/atualidades/a-realidade-dos-alunos-quilombolas-na-ufopa-em-santarm-pa>. Acesso em: 6 jul. 2023

SOUSA, E. C. V. T; COLARES, A. A. Amazônia brasileira: educação e contexto. **Revista Amazônica**, Manaus, v. 1, n. 7, p. 1-18, 2022.